

DESAFIOS PARA CT&I

Obstáculos que dificultam ou retardam a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no país.



Valorização de recursos humanos e fortalecimento das carreiras científicas.

A base da ciência está nas pessoas que a fazem acontecer — pessoas pesquisadoras, estudantes, técnicos e gestores. Valorizar esses profissionais é condição indispensável para o avanço da ciência e da inovação.

Isso passa por políticas consistentes de formação, remuneração e reconhecimento, bem como por bolsas de pesquisa com valores compatíveis com o custo de vida e com a responsabilidade intelectual exigida.

É necessário também criar trajetórias profissionais que garantam estabilidade e perspectivas de crescimento.

Precisamos ampliar a diversidade na ciência brasileira, garantindo a presença ativa de mulheres, povos indígenas, quilombolas e outros grupos historicamente sub-representados. A produção de conhecimento se enriquece quando reflete a pluralidade de vozes, saberes e experiências do país.



Excesso de normas sobrepostas e divergências procedimentais

O ambiente normativo que regula a execução de recursos de fomento à pesquisa caracteriza-se por forte fragmentação e sobreposição de normas entre diferentes órgãos de controle e agências de fomento. Dependendo da origem do recurso — CAPES, CNPq, FINEP, FAPs, Empresas ou convênios internacionais — variam significativamente a forma de ingresso dos valores nas instituições, os tipos de instrumentos jurídicos exigidos (convênio, TED, termo de outorga, contrato ou acordo), os mecanismos de liberação financeira e, sobretudo, os modelos de prestação de contas.

Essa multiplicidade de exigências impõe um tempo excessivo de tramitação às equipes técnicas e administrativas, sobretudo nas instituições federais, onde o nível de documentação requerido para cada aquisição ou contratação, mesmo de pequeno valor, frequentemente inviabiliza a celeridade e a eficiência necessárias à atividade científica.



Excesso de normas sobrepostas e divergências procedimentais

O processo de importação de insumos e equipamentos enfrenta duas barreiras centrais:



Financeira

O volume anual de operações de importação permitido pelo Brasil é inferior ao montante de recursos liberados nos editais de fomento, criando uma limitação estrutural à execução plena dos projetos. Essa restrição foi reconhecida pelo próprio CNPq (em Nota Técnica oficial), o que evidencia um descompasso entre as políticas de fomento e os mecanismos de importação disponíveis.



Operacional

Os trâmites internos, tanto nas universidades quanto nas fundações de apoio, continuam lentos e excessivamente burocráticos. Faltam profissionais especializados e setores estruturados para apoiar, de modo ágil e seguro, as operações de importação, o que impacta diretamente a continuidade das pesquisas e a modernização dos laboratórios.

Interpretação restritiva da Lei de Inovação e a necessidade de ampliação de sua lógica para a pesquisa

A Lei de Inovação e o Marco Legal de CT&I representaram avanços expressivos ao flexibilizar as relações entre instituições científicas e tecnológicas (ICTs) e o setor produtivo, favorecendo a cooperação, a transferência de tecnologia e a criação de ambientes de inovação.

Contudo, ainda prevalece uma interpretação restritiva de seus princípios, aplicando-se essa flexibilidade quase exclusivamente às ações de inovação tecnológica, enquanto a pesquisa científica — em especial a de base e a aplicada — continua submetida a uma rigidez normativa que compromete sua eficiência e dinamismo.





A mesma lógica de flexibilização, cooperação e parceria que a Lei de Inovação consagrou para o campo da inovação deve ser ampliada e incorporada à gestão das atividades de pesquisa científica, permitindo maior agilidade na execução de projetos, na gestão de recursos e na interação com o setor privado.

Essa aproximação é essencial para atrair novos investimentos privados, fomentar parcerias público-privadas e diversificar as fontes de financiamento da ciência, fortalecendo o ecossistema de CT&I como um todo.

A expansão dessa abordagem integrada — em que pesquisa e inovação são vistas como partes complementares do mesmo ciclo de desenvolvimento — é decisiva para garantir que o país avance em direção a um modelo sustentável e competitivo de produção de conhecimento.

Fortalecimento da CAPES e do CNPq e a sustentabilidade do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, Pós-Graduação e Pesquisa

O fortalecimento institucional e orçamentário da CAPES é condição indispensável para a manutenção do sistema de pós-graduação e pesquisa que o Brasil construiu e expandiu ao longo das últimas décadas.

A ampliação dos recursos aportados à CAPES e CNPq é essencial para assegurar a continuidade das bolsas, programas de fomento e iniciativas estratégicas que sustentam a formação de pesquisadores, a produção científica e a interiorização da pós-graduação.

As ações da CAPES têm se pautado por critérios de equidade e expansão territorial, garantindo que universidades de todas as regiões tenham acesso a instrumentos de qualificação e internacionalização. Por isso, reforçar o papel da CAPES significa investir na coesão e na vitalidade de um sistema que é pilar da soberania científica nacional e referência na América Latina.

Desigualdades regionais e potencial de desenvolvimento territorial

As assimetrias regionais continuam sendo um dos principais desafios do sistema nacional de CT&I. Universidades e institutos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm papel estratégico para o desenvolvimento territorial, mas ainda enfrentam limitações de infraestrutura, conectividade e fixação de quadros. Políticas diferenciadas, voltadas à redução dessas disparidades, são fundamentais para que todo o país participe de forma equitativa da economia do conhecimento.

Há uma profunda concentração de infraestrutura científica e tecnológica nas regiões Sudeste e Sul, onde se concentram os maiores orçamentos, grupos de pesquisa consolidados e empresas inovadoras.

Financiamento de longo prazo e estímulo à pesquisa na fronteira do conhecimento

Garantir financiamento contínuo e de longo prazo é fundamental para consolidar um ambiente científico capaz de assumir riscos e inovar em áreas de fronteira. Pesquisas disruptivas, que demandam tempo, experimentação e infraestrutura complexa, só florescem em contextos estáveis e previsíveis.

Um bom exemplo são os programas estruturantes do FNDCT e outros mecanismos de parceria público-privada, que podem garantir a previsibilidade e a continuidade dos investimentos em ciência e inovação. Esses instrumentos são fundamentais para sustentar pesquisas de fronteira, que exigem tempo, risco e experimentação, ao mesmo tempo em que estimulam a criação de empresas de base tecnológica e oportunidades para jovens pesquisadores. Ao assegurar condições duradouras para que cientistas e empreendedores desenvolvam projetos de alto impacto no país, o Brasil fortalece sua soberania científica, retém talentos e amplia sua competitividade global.



OBRIGADA!

Tanara Lauschner – Reitora da UFAM

gabinete@ufam.edu.br

 www.andifes.org.br

 [@ andifesooficial](https://twitter.com/andifesooficial)

